



Vero Franklin Sardinha Pinto
Mestre em Geografia/UFMG
Secretário de Desenvolvimento e Assistência Social
da Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG

Doralice Barros Pereira
Professora do Departamento de Geografia/UFMG
Ph.D/Universidade de Montréal

Conflitos socioambientais e resistências no/do projeto hidrelétrico de Candonga¹

¹ Uma versão deste artigo, intitulada *Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga*, foi apresentada no I Encontro de Ciências Sociais e Barragens, em sua Sessão Temática 2-Conflitos sociais e organização das populações atingidas, realizado no Rio de Janeiro de 6 a 8 de junho de 2005, sob organização do IPPUR.

Resumo

As resistências socioambientais e a relativamente recente crise energética desnudaram, de forma aparentemente contraditória, na agenda política brasileira, a questão da energia e suas especificidades: como, em que quantidade, onde, para quem e para que produzi-la? O presente estudo busca contextualizar e entender, com ênfase nos atores sociais, os conflitos socioespaciais ocorridos durante o processo de licenciamento da hidrelétrica de Candonga (inaugurada em 22/08/2005 como Usina Hidrelétrica Risoleta Neves), no rio Doce, em Minas Gerais. Visa a uma crítica social sobre a irracionalidade consumista e produtivista inerente à sociedade capitalista. A resistência (re)constitui, além de sujeitos, valores e referências culturais e legais, novos espaços de deliberação e novas territorialidades, colocando em xeque a (des)ordem do sistema de licenciamento e condicionando os processos de produção e consumo de energia.

Abstract

Socio-environmental restrictions and the recent energy crisis have left an apparent contradiction in the Brazilian political agenda, energy in all its specificity: how, how much, where, for whom and why produce it? This study aims at understanding the socio-spatial conflicts that resulted from licensing the hydroelectric plant of Candonga (Rio Doce/Minas Gerais, inaugurating in 22/08/2005 denominated Usina Hidrelétrica Risoleta Neves), putting them in their context and focusing on the different actors involved. Aiming at a social critic of the irrationality of production and consumption inherent to the capitalist society. Resistance makes people, values, cultural and legal references, deliberation spaces and territoriality change drastically, making the licensing process fail.

vero@uai.com.br
pereiradb@yahoo.com.br

Palavras-chave Conflitos socioambientais,
resistência popular, projeto hidrelétrico.

Keywords *Socio-environmental conflicts, popular restrictions, hydroelectric plant.*



Introdução

No Brasil, o antagonismo entre a expansão capitalista e seu caráter produtivista² e a manutenção de um ambiente saudável, de modos de vida e territorialidades distintos e não-capitalistas, vem tendo expressão, de um lado, na luta dos atingidos e, de outro, em ataques oriundos de empreendedores e/ou governos provavelmente orquestrados durante os processos de licenciamento ambiental. Suas referências ideológicas (nacionalismo, esquerda/direita) mais complicam que ajudam o entendimento de tais processos. Em 2004 por sinal, com insistência incomum a imprensa divulgou opiniões a respeito de supostos *entraves* à retomada do desenvolvimento, com ênfase na atuação dos ambientalistas e na luta de resistência dos atingidos por barragens. Dentre dezenas de reportagens e editoriais, a matéria especial publicada na revista Exame, em maio daquele ano, inicia sua argumentação afirmando que “[...] por pressão de grupos verdes e de alguns setores do governo, obras importantes para o crescimento do país estão paralisadas. É difícil mensurar a postura xiita” e conclui, no final do parágrafo:

Num país que experimentou a estagnação econômica no ano passado, que vive com taxas de desemprego recordes e possui uma produção industrial tímida, abdicar desses investimentos é um luxo. Um luxo inexplicável (O IMPOSTO... 2004, p. 104).

A hegemonia do setor desenvolvimentista consolidou-se no Ministério das Minas e Energia e no âmbito de todo o governo, simbolizada pelo posicionamento exposto em Bonn.³ Lá, a ministra Dilma Roussef defendeu o caráter renovável das fontes hidráulicas de energia, em sentido contrário ao advogado pelas organizações ambientalistas. Nessa mesma perspectiva, o diretor da Petrobrás, Ildo Sauer, já havia alertado: “Precisamos definir o que é melhor para o país. Ou voltamos para a idade da pedra ou buscamos o desenvolvimento. Não dá para querer as duas coisas simultaneamente” (ibidem 2002, p.33). No Congresso Nacional, naquele mesmo mês, o deputado ruralista (PPS-PR) César Silvestri denunciou o que acreditou ser uma orquestração internacional contra os interesses brasileiros, a qual fazia tramitar *projetos ambientais* que, se aprovados, viriam a inviabilizar a agricultura brasileira (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 2004).

Para ilustrar a influência das referências ideológicas acima mencionadas, é preciso destacar a visão, ainda hegemônica na esquerda brasileira, de que o modelo energético brasileiro anterior à privatização efetuada pelo governo Fernando Henrique Cardoso era muito positivo: “O sistema elétrico brasileiro é, sabidamente, extraordinário, por aproveitar de forma integrada a energia limpa e barata que se forma a partir das águas das chuvas em grandes reservatórios construídos nas diversas regiões do Brasil” (PEREIRA, 2003, p. 12). Quase um ano depois e na mesma revista, o autor da reportagem, ressaltava, como vantagem comparativa, que seria “uma espécie de combustível gratuito a energia acumulada pelas chuvas em enormes reservatórios” (PEREIRA, 2004, p. 16). Em artigo publicado no portal da Agência Carta Maior, o articulista César Benjamin (2004) reiterou:

Somos um país tropical de grande extensão, com rios caudalosos, com bacias hidrográficas distantes entre si, localizadas em regiões que têm diferentes regimes de chuvas. Por serem rios de planalto,

² Bihl (1999, p. 127) denuncia a lógica do capital prisioneiro do produtivismo: “[...] a produção capitalista é antes de mais nada uma produção visando à produção. Enquanto em todos os modos de produção anteriores, o ato social de trabalho não tinha outra finalidade senão o consumo, ou seja, a satisfação das necessidades sociais, o capitalismo perverte fundamentalmente o sentido desse ato, fazendo da produção social seu próprio objetivo”.

³ Em junho de 2004, foi realizada, na Alemanha, a Conferência sobre Energias Renováveis.



de modo geral sua declividade é suave. Quando barrados, formam grandes lagos. São energia potencial. É só fazer a água cair, passando por uma turbina, que geramos a eletricidade mais barata do mundo, de fonte renovável e não poluente, com recursos e técnicas totalmente brasileiros. Se as barragens forem construídas em seqüência, ao longo do curso de um rio, a mesma gota de água é usada inúmeras vezes antes de se perder no oceano. Os místicos diriam que tudo isso é uma bênção; os técnicos, que é uma enorme vantagem comparativa. Ambos têm razão. A vida útil de uma usina hidrelétrica é ilimitada. A obra de construção civil, em princípio, é eterna como as pirâmides do Egito, e os equipamentos precisam ser substituídos a cada período de mais ou menos setenta anos de uso. O ‘combustível’, como vimos, é gratuito. O custo operacional, portanto, é baixíssimo.

Nessas posições, prevalece uma concepção desenvolvimentista ainda insensível ou mesmo contrária à questão socioambiental (PINTO e PEREIRA, 2003). Assim, com mais razão talvez do que em outros momentos, há de se ter maiores cuidados contra a tentação da prescrição e da ilusão tecnocrática, tão caras a consultores e a círculos universitários, que, embora parta de uma visão crítica, resulta despolitizadora dos processos de produção do espaço e redefinição socioterritorial.⁴

Certamente as pressões das empresas e do governo criam um clima favorável mesmo a fraudes técnicas, como a que teria ocorrido recentemente no processo de licenciamento da hidrelétrica de Barra Grande, no rio Pelotas, divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Em outubro de 2004, quase ao mesmo tempo em que o IBAMA concedia a Licença de Operação para a Usina de Barra Grande, “após cinco anos de impasse”, a ministra Dilma Rousseff sinalizou aos investidores e comemorou a “nova postura diante da questão”. Todavia, logo depois, a rede de ONGs da Mata Atlântica e a Federação das Entidades Ecológicas de Santa Catarina ingressaram com uma ação civil pública solicitando a anulação da licença por fraude no estudo de impacto ambiental. O resultado foi a interrupção, por decisão liminar da Justiça Federal, da retirada da cobertura vegetal na área do empreendimento (ECOAGÊNCIA, 2004).

São questões como essas que este artigo, inspirado em dados e reflexões colhidos na pesquisa desenvolvida no Mestrado em Geografia da UFMG, intitulada *Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de Candonga*, se propõe a analisar (PINTO, 2005). Tal estudo objetiva identificar que condições finais do espaço produzido pela construção e operação do empreendimento resultaram primordialmente da luta empreendida pela população local, ou seja, da capacidade política dos atingidos para impor os próprios interesses. Se verdadeira, a hipótese implica em uma perspectiva democrática, demonstrando que o foco de atuação da universidade deve ser menos intenso no desenvolvimento de “métodos adequados” como o da “universidade operacional” (CHAUI, 2001, p. 220), porque reprodutivista, para se aprimorar na crítica e reflexão que contribuam para a ampliação do espaço público democrático, o que inclui o reconhecimento da centralidade dos conflitos socioterritoriais.

Outro pressuposto, àquele vinculado é o de que esses conflitos não resultam de erros metodológicos, mas constituem-se em manifestações necessárias do esgotamento do

⁴ O artigo de Roni Wunder (2003) é emblemático. Ele trata de explicar, logo no início, que “...tem como objetivo identificar e avaliar as possibilidades institucionais de interação social existentes na legislação ambiental no Brasil, focalizando os projetos de desenvolvimento do Setor elétrico Brasileiro, e oferecer subsídios para a potencialização desses processos de interação. Portanto, mais que a crítica, o que se pretende é apontar os caminhos legais possíveis para estabelecer o diálogo entre os agentes sociais antagonônicos ou não, amenizar os conflitos e trilhar o caminho do entendimento e do reconhecimento mútuo dos interesses manifestados e do poder de discussão e decisão social sobre projetos de desenvolvimento”.





sistema energético⁵ capitalista em geral, e, em particular, em manifestações da formação socioterritorial brasileira, subordinadas à inserção do país no processo de globalização. Essa inserção caracteriza-se por uma semi-especialização na produção para a exportação de energia-intensivos (SCOTTO, 2003/4) *devoradores* de espaços e territórios sociais.

Finalmente, cabe ressaltar que toda esta discussão encerra uma dimensão ética a ser explicitada. Não se pretende, aqui, ocultar vínculos, a propósito de um suposto rigor metodológico ou do distanciamento sujeito/objeto. E tal postura não deriva de uma atitude moralista ou militante mas sim, da própria experiência do primeiro autor como prestador de serviço perante o respectivo Consórcio na implementação de programas, ditos sociais, durante a fase do licenciamento ambiental⁶ da UHE Candonga, o que acabou por conferir uma certa especificidade à investigação.

Características do empreendimento de Candonga

A Usina Hidrelétrica de Candonga foi construída pelo denominado *Consórcio Candonga*, composto pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Alcan Alumínio do Brasil (que investiu US\$ 95 milhões na sua implantação). Apesar de estar em operação parcial desde agosto de 2004, a usina foi inaugurada pelo governador do Estado, Aécio Neves em 22 de agosto de 2005 com o nome de Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Ela está instalada no rio Doce, entre os municípios mineiros de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, na microrregião de Ponte Nova (Figura 1). O barramento formou um reservatório com 286 ha de área alagada (191,59 ha de terras e 94,41 ha correspondentes à calha do rio Doce e seus afluentes). Sua profundidade média atinge cerca de 20 metros. A capacidade instalada para geração de energia é de 140,0 MW (PINTO, 2005).

O caso de Candonga, que a rigor não é o *caso só de Candonga*, agrega a manifestação *em e de* um lugar⁷ contra a expropriação de seu território e em defesa de um determinado uso do espaço (PINTO, 2005; ZHOURI e OLIVEIRA, 2005; PINTO e PEREIRA, 2003).

O reservatório, cujo barramento, iniciado em 2001, foi concluído em março de 2004, *afetou*, direta e compulsoriamente, famílias nas duas margens do rio Doce. No lado direito, no distrito de São Sebastião de Soberbo, foram afetadas aproximadamente 270 pessoas residentes em quase 120 domicílios, além de outras cinco famílias residentes na área do canteiro da obra, em Pedra do Escalvado, incluindo o eixo da barragem. Essas pessoas foram as primeiras a sair. Na margem esquerda, no município de Rio Doce, cerca de dez famílias de trabalhadores rurais agregados, residentes na Fazenda Marimbondo, foram deslocadas. Inúmeras outras famílias, ainda que não *afogadas*, tiveram comprometida sua capacidade de trabalho, especialmente os meeiros e os garimpeiros (PINTO, 2005).

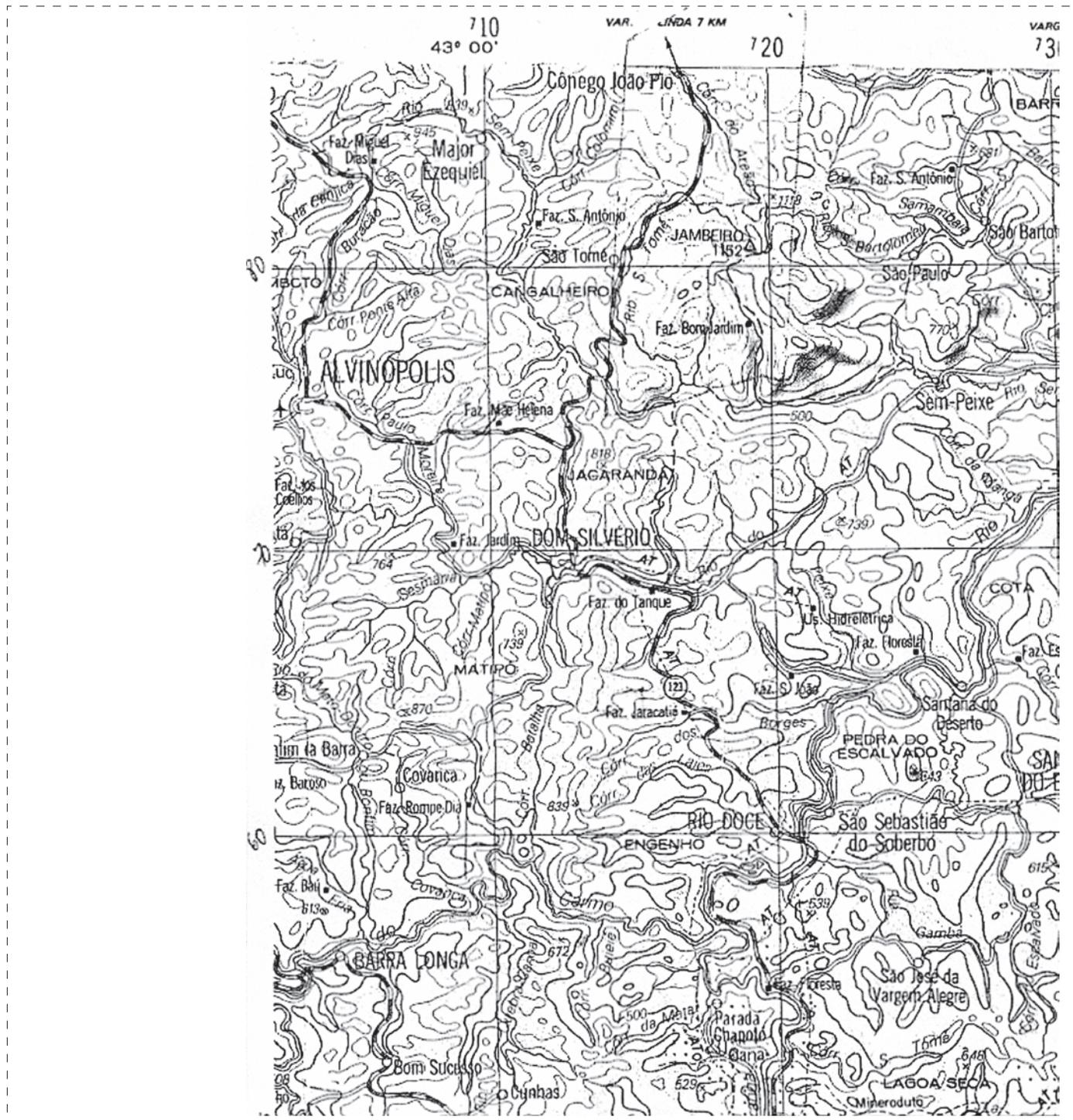
A maior parte das famílias vivia em casas de alvenaria, caracterizadas pela centralidade da cozinha grande e pelo uso constante do quintal - nas palavras de uma moradora, “a despensa do pobre”. Ali, elas obtinham ovos e carne com a criação de galinhas, colhiam frutas, plantavam hortas e plantas medicinais, pescavam e catavam lenha para cocção de alimentos e aquecimento da água para o banho. No rio, na época de seca, exploravam, por meio da *faiscação*, o ouro, que era uma importante fonte complementar de renda, se não a única.

⁵ “Um sistema energético é a combinação original de diversas linhas de conversores, que se caracterizam pela utilização de determinadas fontes de energia e por sua interdependência, pela iniciativa e sob o controle de classes ou grupos sociais, os quais se desenvolvem e se reforçam com base neste controle.” (HÉMERY, DEBIER e DELÉAGE, 1993, p. 21) A configuração da crise mostra que “estamos diante de um desmoronamento da base energética que ancorou o desenvolvimento do capitalismo nos últimos séculos. O que está em pauta hoje no mundo é a incontestável ruína de um paradigma civilizatório, dentro do qual irrompe o espectro do apocalipse ecológico, com o efeito estufa e a chuva ácida. Diante dessa realidade objetiva da biosfera, emerge no cenário contemporâneo a necessidade de um novo sistema energético assentado nas energias renováveis, vegetais e limpas do ponto de vista ambiental” (VASCONCELLOS, 2002, p. 17).

⁶ O licenciamento ambiental de hidrelétricas prevê a proposição de programas de controle ambiental mitigadores de eventuais danos decorrentes do empreendimento.

⁷ “Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chega a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1994, p. 18).

Figura 1 A região de São Sebastião do Soberbo antes do reservatório que a inundou em 2003



Fonte: EMBRAPA, [2005]; IBGE, 1980.



Uma boa parte das famílias, na estação chuvosa, de outubro a março, trabalhava como meeira ou explorava sua própria terra diretamente, em regime de economia familiar, criando porcos ou gado leiteiro. Havia ainda, entre os moradores que foram deslocados, comerciantes de pequeno porte e funcionários das prefeituras de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado.

Na margem esquerda do rio Doce, parte da Fazenda Marimbondo foi inundada. Naquele terreno moravam dez famílias de trabalhadores rurais agregados que atuavam como meeiros e garimpeiros; eles também usavam porções da fazenda para fins próprios, especialmente para o plantio de frutas e verduras e para a criação de frangos. Em Marimbondo, mais da metade das famílias possuía parentesco entre si. O mais antigo morador estava lá há mais de 80 anos; chegou com o pai, ainda criança.

Licenciamento: processo

Observando o processo de licenciamento de Candonga, é possível verificar que ele teve um caráter sobretudo administrativo, em face especialmente dos esforços técnicos dispensados para legitimar decisões cuja parcialidade restou evidenciada na ausência de uma construção política de inclusão dos interesses dos atingidos não-capitalistas. Entre os documentos arquivados do processo de licenciamento, há uma carta do então presidente da recém-criada Associação dos Moradores e Proprietários Atingidos⁸ pela Barragem de Candonga, datada de 09 de janeiro de 2001 e endereçada à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em que ele reclama da recusa do empreendedor em fornecer cópia do Programa de Controle Ambiental (PCA) aos atingidos. Tal recusa era baseada, segundo o presidente da Associação, no “[...] argumento de que se trata de um documento particular do consórcio empreendedor” (FEAM, Processo de licenciamento Ambiental da UHE Candonga, 2003). A FEAM, em ofício de 19/03/2001, respondeu que

[...] o processo dessa hidrelétrica, em obediência a procedimentos consolidados pela FEAM para fins de verificação de viabilidade de projetos dessa natureza, se desenvolve de forma absolutamente transparente e, sobretudo, participativa, com envolvimento de todas as partes interessadas (Ibidem).

A Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado, em setembro daquele ano, ou seja, seis meses após as considerações do órgão ambiental, também não pôde obter ou consultar o Programa de Controle Ambiental, ante a igual alegação de que “não era um documento público”. Esses fatos ilustram a situação em Candonga que, com o título de “a menina dos olhos do sistema de licenciamento”, como afirmou, orgulhoso, um consultor graduado do empreendimento, implantava suas atividades sob rigoroso controle político e econômico do Consórcio (PINTO, 2005). Como isso era possível?

O domínio

A investigação partiu, dentre outros procedimentos de coleta de informações, das observações registradas durante a experiência profissional do primeiro autor deste texto. Num segundo momento foram efetuadas entrevistas com participantes diretos do

⁸ *Atingido* é um termo freqüentemente apropriado pela população ribeirinha que é obrigada a se deslocar de forma compulsória e, parece, constituinte de um importante elemento de pertencimento, catalisador (BRAGA, 2000) de novas identidades e expressões políticas, como o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens (REBOUÇAS, 2000).



processo. Durante esses momentos foi demonstrado que o controle exercido pelo empreendimento sustentava-se no esvaziamento político, na quase *desinstitucionalização*, na destruição mesma do espaço público.

Dentre as práticas adotadas, a cooptação, minuciosamente planejada, fez emergir um neocoronelismo no qual as personagens locais garantiram a sua posição em troca de benefícios. Os alvos de cooptação foram os políticos, os líderes de igrejas, os líderes comunitários – verdadeiros ou impostores, sinceros ou arrivistas. O método, “nome sociológico da anulação” (OLIVEIRA, 1999), contou com a distribuição de benesses reais e/ou imaginárias, empregos, compra de bens e/ou serviços para a obra, superestimação dos valores de bens a serem pagos, favorecimento nas negociações (agilidade e disponibilidade para conversar com certos atingidos).

A *negociação individual* foi outra tática fundamental de viabilização da estratégia. Em nome da privacidade, as propostas individuais eram confidenciais, e, diante do *segredo* do que era ofertado, instalou-se, deliberadamente, a desconfiança entre as famílias. Outra manobra que deixou aturdidos os moradores consistia na troca incessante dos representantes do Consórcio, o que neutralizava qualquer possibilidade de reivindicação por parte daqueles, já que recebiam promessas realizáveis, mas em um futuro sempre adiado. Somavam-se a esse contexto, de um lado, a desqualificação, a desvalorização e a depreciação da realidade vivida, reduzindo-se a auto-estima das pessoas, e, de outro, a tentativa de desmoralização das lideranças e de quaisquer enfoques alternativos. Assim nas primeiras reuniões, no início mesmo do processo de licenciamento, um dos mais importantes futuros agentes do processo de resistência, o padre Claret, foi, nas palavras de um atingido, “escorraçado” de Soberbo, porque seria um “arruaceiro contra o progresso”.

O domínio, a anti-política e a “polícia”⁹ eram utilizados para evitar o risco do dissenso e da oposição substantiva, embora houvesse uma aparência de participação e de transparência, expressa por meio do cumprimento a procedimentos formais, como o de convocar reuniões com certa antecedência e efetuá-las com todos os ritos.¹⁰

Os doutores

No processo de despolitização, tornou-se crucial a participação de alguns segmentos sociais, os *doutores* - advogados, engenheiros, psicólogos, sociólogos, biólogos –, que, ao invadirem a vida daquelas pessoas, tomaram conta de seu mundo com uma fala empolada, “competente”¹¹ e com a ostentação de um saber técnico e jurídico inacessível (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005; LACORTE e BARBOSA 1995; LEMOS 1999), uma forma de intimidação e impedimento do diálogo (“a lei não me permite fazer isso”; “esta atividade é ilegal”; “as casas estão muito bem construídas”; “o sistema de drenagem não permite levantar a casa”; “o contrato é na forma de *turn-key*”; “o engenheiro aqui sou eu: estudei muitos anos”). Essas frases pareciam incontestáveis, resultando, por isso, em eficiente estratégia de dominação.

Na percepção de um dos atingidos, os advogados auto-intitulavam-se *doutores* para “manter aquela distância segura de dominação”. Todavia, em face de determinadas conjunturas, a suposta superioridade técnica dos doutores limitava-os. Para assegurar o cum-

⁹ “Conjunto de processos pelos quais se operaram a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

¹⁰ Durante uma entrevista, uma consultora manifestou sua perplexidade com a erupção do conflito: “Eu não consigo entender o que deu errado. Tudo lá era tão bem feito.”

¹¹ “A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos.[...] Para que esse discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais” (CHAUI, 1997, p. 7).



primimento do cronograma ou da cota financeira atribuída a uma certa etapa da obra, eles eram então *obrigados* a se valer de ameaças, como recordaram alguns residentes deslocados: “se não aceitarem, vão ficar é debaixo d’água”; “a terra que vocês vão ganhar são sete palmos de terra” ou “tem que negociar, senão a gente vai desapropriar”.

Outra estratégia, complementar àquela, consistiu na implementação de ações assistencialistas e no estabelecimento de vínculos afeto-clientelistas (e, aqui, não importam a intenção do agente, sua sinceridade ou não nem sua previsibilidade nos programas sociais¹²), como almoços, presentes, visitas sociais, entrega de medicamentos, transportes para acesso e uso de serviços públicos e auxílio na tramitação de processos de aposentadoria, entre outros.

A venalização, a negociação de tudo

As modificações promovidas pela introdução de um projeto em determinado território culminam, em geral, na redução a um equivalente monetário de toda e qualquer manifestação local de vida, de sociabilidade, de produção. A ocultação de muitos aspectos relevantes da vida – e mesmo de vidas – nesse processo de negociação certamente se dá menos por dificuldade técnica, do ponto de vista do empreendedor, do que por pura malandragem mercantil. Assim é que os levantamentos e inventários, realizados sobretudo para subsidiar e dimensionar os programas de negociação e de aquisição das terras e benfeitorias, deixam de *registrar* as formas de reprodução, os recursos naturais de subsistência e de trabalho, as fontes e os conversores energéticos (a lenha e o fogão a lenha, a serpentina, as quedas d’água), a horta, a pesca, as plantas medicinais, a criação de pequenos animais, o pomar. Muito menos são considerados o uso da terra úmida, fértil, presente no quintal próximo ao rio e sua função piscosa, em sua dimensão material e simbólica (REBOUÇAS, 2000).

No caso do povoado de Soberbo, dentre as múltiplas ocultações, incluíram-se *vidas*, qualidade de vida e processos de produção (por exemplo, não constou do inventário a importância da atividade mineradora na complementação da renda de quase todas as famílias). Essa mágica foi feita pela combinação da pressão psicológica – “não fala que você é garimpeiro, senão você não vai ganhar nada...” – com o levantamento efetuado no chamado cadastro socioeconômico.¹³ Aqui, cabe lembrar o papel dos *doutores*, comumente advogados, que, com postura de superioridade, entraram na vida dos atingidos de forma a assegurar o domínio do Consórcio sobre eles.

Aliás, a expansão capitalista sobre e sob os homens tendeu, desde sempre, a reduzir tudo a meras relações monetárias. Na construção de uma usina hidrelétrica, a *negociação*, ponta-de-lança do empreendimento na comunidade, é feita para remover obstáculos. Sob a perspectiva empresarial, tudo e todos são reduzidos a mercadores: inicialmente, de bens, de lugares; depois, de trabalho. Os habitantes locais passam a *negociadores* – bobos ou espertos – e por isso devem ser, na lógica empresarial, sempre que possível, superados.

Dona Nair e Dona Chica, soberanas, do alto respectivamente dos seus 100 e 70 anos de idade, sentadas de um lado da mesa, e o *doutor*, do outro, iniciam a negociação da horta e do quintal. Quanto valem? Para o *doutor*, todo atingido é um “esperto” que

¹² Existiram diversos *programas sociais* desenvolvidos no PCA, cujas análises não fazem parte deste artigo.

¹³ Em 13/11/1998, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) enviou correspondência ao empreendedor solicitando informações complementares, na qual dizia que, “[...]com relação ao garimpo não há dados sobre a importância da atividade em termos sociais e econômicos[...] Além disso não foram avaliados os impactos sobre tais atividades, em função do alagamento da área, nem planejadas medidas compensatórias na hipótese de supressão da mesma” e também que “[...]deve ser ressaltado que em áreas onde predominam a pequena agricultura familiar é comum a recorrência de produtores em atividades informais, sobretudo as de natureza extrativa, como forma de obtenção de complemento de renda familiar...”, acrescentando que “[...]a atividade pesqueira embora referida nos estudos ictiofaunísticos, ressenete-se de abordagem socio-econômica[...]” (Ofício FEAM/DIEN/externo/102/98). Não houve, claro, dificuldade conceitual ou metodológica.



ambiciona explorar ao máximo a empresa; portanto, compete a ele a tarefa de minimizar os custos. Essa é a lógica. Para as senhoras, quanto mais antigo o lugar, mais valioso; para ele, menos vale e mais depreciado deve ser. Nessa empreitada, o *doutor* teve um “caminhão” de apoiadores que, desenvolvendo um serviço de base, desqualificavam o mundo do atingido: “veja bem, você mora em um buraco, sua casa não tem laje, o reboco e as janelas são velhos, o banheiro é feio, não tem azulejo”. Ao que uma moradora respondeu, quase em desespero: “E eu como azulejo?”.

Os atingidos chamavam, àquela altura, os técnicos da área social de “meninos de recado”. Em um determinado momento, os móveis das casas foram medidos para comprovar se caberiam nas novas casas, em Nova Soberbo. E os móveis, verificou-se, não caberiam. Os atingidos imploravam: “queremos falar com Deus, com o dono da Alcan, com quem manda”.

A abordagem venalizante abstrai do conjunto, daquele sistema complexo e delicado que combina tempo, espaço, memória, presente e futuro, alguns poucos aspectos da vida, agora desagregados, desarranjados, como coisas destituídas de significados e reduzidas a um frio valor abstrato, a valor de troca.

Desrespeitosa, ditatorial, desumana, arrogante: é assim que os atingidos e mesmo outros interlocutores locais – os mais ou os menos críticos – adjetivam a relação que as empresas estabeleceram com eles. Por outro lado, a crença dos empreendedores em um controle total, e quiçá definitivo, sobre as famílias baseou-se na hegemonia exercida pelos proprietários e políticos tradicionais do lugar, bem como na supervisão direta dos *doutores*. As resistências foram sendo aparentemente aniquiladas.

A associação dos atingidos

Após anularem a energia política do lugar em sua expressão autônoma, as empresas trataram de criar uma interlocução controlada: uma associação de atingidos (proprietários e moradores) que atuasse sob a influência dos segmentos locais dominantes.¹⁴ Durante o processo, pelo menos dois dos dirigentes dessa associação tornaram-se fornecedores do empreendimento: vendiam areia, pães e porcos. Um desses fornecedores detinha inclusive a concessão dos serviços da única lanchonete presente no canteiro de obras. Desse modo, mesmo que quisessem — e não seria esse o caso —, dificilmente os *associados dirigentes* poderiam se opor frontalmente ao empreendedor, seu *cliente* principal ou exclusivo.

Em pouco tempo a associação desmobilizou-se. Ao final, contava apenas com seu presidente; é possível que os demais membros tenham resolvido precocemente suas pendências. Hoje, à distância, é fácil perceber que ela acabou se tornando a principal fiadora e legitimadora do processo de negociação, no aconselhamento tanto aos representantes do empreendimento quanto aos atingidos, porquanto detentora de informações privilegiadas.

Certo é que a formação dessa associação, em conluio com os setores político e econômico dominantes, está a sugerir que o tratamento aparentemente homogêneo conferido aos moradores intenciona, na verdade, ignorar a existência entre eles de relações precedentes hierarquizadas, para facilitar sua manipulação pelo estranho que chega. Além dis-

¹⁴ A diretoria da associação era constituída exclusivamente por proprietários de terra e comerciantes, todos eles homens e brancos. Ainda assim, nas reuniões *comunitárias*, a mesa era composta e os trabalhos dirigidos, sempre, pelos representantes do Consórcio Candonga.





so, formas já existentes de domínio pré-capitalistas, como a parceria e o colonato, ao lado de uma política de base clientelista, dificultam o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais frente à necessidade dos proprietários de terras, patrões, políticos e seus cabos eleitorais tradicionais de perpetuarem o *status quo*. Como aceitar que um empregado *sen*, sem terra própria, passe de repente a ser proprietário, a *ficar igual* a ele? Esse vetor atua como base de apoio fundamental para o processo de despolitização, com o fim de legitimar o processo de licenciamento.

A fundação da resistência

Houve uma data em Candonga, mais especialmente em São Sebastião do Soberbo, de fundação da resistência: 28 de janeiro de 2003. Nesse dia *começou*, de fato, o *movimento* de resistência de Candonga. Foi ali, durante uma reunião da qual participavam representantes da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), um diretor do Consórcio e o presidente da então moribunda associação dos atingidos, mas sem a presença dos *doutores*, até então os mediadores de qualquer negociação, que os atingidos restabeleceram os vínculos horizontais rompidos pela verticalidade¹⁵ do processo. O que ocorreu, então, foi uma catarse coletiva. A própria representante da FEAM, ao ser indagada se os requisitos exigidos no projeto original de construção da Nova Soberbo vinham sendo cumpridos, respondeu com um sonoro “não”.

Essa situação decorreu do fato de que a politização do conflito, de latente, se manifestou, gradual ou simultaneamente, em magnitudes e escalas distintas, subvertendo hierarquias à medida em que foram sendo estabelecidas alianças.

Importa observar que não se tratou, ali, da exigência imediata de novos direitos, mas de serem os atingidos, todos eles, reconhecidos como detentores de direitos.

A análise de conflitos permite estabelecer tipologias para que se possa agrupá-los por similaridade, segundo critérios tais como intensidade, visibilidade, amplitude, desenvolvimento e formas de institucionalização. Eles podem ser concebidos como positivos ou problemáticos, ou ser arranjados no esquema *classe em si e classe para si* e, até, em modelos mais pragmáticos. Tais possibilidades encontram-se atreladas a escolhas que nos permitem responder *de que lado estamos*. Becker (1976, p.125), por exemplo, apresenta dois tipos ou estados de conflito: o “apolítico”, quando não se procura inverter posições na hierarquia, e o “político”, quando os atores subalternos, organizados, tentam inverter a relação de poder e autoridade. Nessa mesma perspectiva, Lemos (1999, p.168) verifica que a luta dos povos atingidos geralmente passa de uma atitude “defensiva” para uma “ativa” e “propositiva”. Já Ferreira e Ferreira (1995, p.17), ao analisarem a emergência de problemas ambientais, abordam os conflitos, apoiando-se em uma hierarquia de manifestações de contradições: carências, necessidade diluída, representações, reivindicações, demandas e institucionalização. Pereira (2002), em estudo sobre a participação pública na gestão ambiental das unidades de conservação da Serra do Cipó, combina vários modelos para a apreensão de “tensões de naturezas diversas derivadas de múltiplas escalas: locais, regionais, metropolitanas, nacionais e até internacionais” produzidas por atores,

¹⁵ “A horizontalidade tem a ver com o território, enquanto a verticalidade já não tem; tem a ver com alguns pontos do território que são os pontos de amarração dessa racionalidade alheia e que se instala sem respeito pelo que já existe” (SANTOS, 2002, p. 41).





“agentes de promoção do espaço”, portadores de interesses variados. Honneth (2003, p. 257) define a luta social como

[...] processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que eles podem influir [...] na exigência coletiva para relações ampliadas de reconhecimento.

Uma articulação entre as categorias *interesse*, de base material e utilitária, vinculada à reprodução material, e *reconhecimento*, de base moral, vinculada à integridade psíquica e de caráter normativo, é proposta. Martinez (1997), ao discutir manejos alternativos de conflitos ambientais, foca-os como manifestações de interesses distintos dos atores sociais em um mesmo problema derivado da deterioração ambiental ou de disputas territoriais, de forma a causar impactos no acesso aos recursos naturais e aos serviços de infraestrutura. Os conflitos seriam constituídos, basicamente, por quatro elementos: a) posições em desacordo ou formas culturais de argumentar diferentes, colocadas em oposição; b) distribuição dos recursos; c) percepção da situação (por exemplo: terra como fator de produção e terra como lugar sagrado); e, finalmente, d) interesses objetivos contraditórios. Uma situação torna-se conflituosa quando os meios convencionais e o diálogo doméstico não são suficientes para resolver situações problemáticas.

Little (2001) e Frota (2001) também apresentam conceitos, tipologias e tratamentos para a apreensão e resolução de conflitos socioambientais. Little alinha “povos de ecossistema”, de um lado, e “povos da biosfera”, de outro. Entre os primeiros, estão as populações tradicionais; entre os segundos, os povos urbanos. Assim, ele orienta o olhar para fissuras espacialmente verticalizadas, como o “choque entre distintos sistemas de produção”. A mesma rigidez marca o recorte espacial, subordinando o tratamento dos conflitos à escala de seus efeitos. Outros autores, ao contrário, também analisando especificamente conflitos socioambientais, enfatizam seu potencial para “politizar” (BECKER, 1976, p. 125) a contradição. Como exemplo, citam a consolidação e a crescente capacidade catalisadora (BRAGA, 2000, p. 333) e de articulação do Movimento de Atingidos por Barragens/MAB (OLIVEIRA e ROTHMAN, 2005), capaz, num primeiro momento, de influenciar, decisiva e imediatamente, políticas energéticas do setor elétrico, mas também, em outro nível, de criar condições para a emergência de novas visões. Vainer (1996, p. 200) desvincula escala e âmbito de manifestação do tratamento de conflitos, pois

[...] as populações que se mobilizam contra os projetos hidrelétricos em construção ou projetados encontram uma identidade que transcende o conflito em torno de cada obra em particular, e se percebem como categorias sociais mais amplas que incluem outros tantos atingidos, seja por barragens, seja por outros feitos (e efeitos) das políticas governamentais.

Em Candonga, esse momento, emblemático, se pensado como inversão de hierarquias de credibilidades ou como *relações ampliadas de reconhecimento*, foi precedido de um intenso trabalho de articulação interna e externa. Os eventos e movimentos que se desenvolveram foram, principalmente, a mobilização dos atingidos de Soberbo, o esforço das lideranças para aglutinar novos atores à luta — os atingidos *indiretos* — e o reconheci-





mento de novos direitos, inclusive das *promessas*, bem como a articulação com o Movimento de Atingidos por Barragens - MAB nos âmbitos nacional e internacional¹⁶ e, no âmbito regional, com os atingidos pela Hidrelétrica de Fumaça, no município vizinho de Diogo Vasconcelos, que travavam uma luta bem sucedida contra a ALCAN.¹⁷

Nas visitas realizadas casa a casa, a primeira articulação organizada autônoma dos atingidos verificou a grande insatisfação *incubada* das famílias com o não-reconhecimento de seus direitos ou com a atuação da antiga associação. O desagrado silencioso e individual transformou-se em revolta, em conflito aberto e coletivo, no momento em que se transformou em certeza a desconfiança de que havia uma relação direta entre os problemas vividos pela maioria e o *sucesso* obtido pelos líderes antigos. Os privilégios por esses auferidos ocorriam às custas do controle que exerciam sobre os atingidos, silenciando-os, no desconhecimento ou na inaplicação de seus direitos, como ocorreu com os meeiros e garimpeiros, negligenciados no cadastramento inicial e em outras etapas do projeto.

Esse processo, contudo, sustentou-se apenas enquanto as famílias ainda acreditavam estar fazendo uma boa negociação individual. As contradições estavam abafadas, no subterrâneo, impedidas de aflorar em razão do trabalho de cooptação, do controle psicológico e mesmo devido à mencionada crença na execução de um “bom negócio”, “melhor do que o do vizinho”. Até porque, naquele instante, estavam inconclusas todas as negociações, e as comparações entre as indenizações não passavam de pura especulação, pois um não sabia o que o outro realmente acordara com o empreendedor.

Pelo menos dois fatos principais vieram despertar os conflitos: a construção das casas em Nova Soberbo – pequenas, sem colunas de sustentação e localizadas “no buraco” (muitas delas estavam bem abaixo ou bem acima do nível da rua) – e a percepção de que, com o esgotamento do prazo para saída da área de alagamento, as promessas, a não ser as feitas aos *líderes*, não haviam sido cumpridas.

Nesse ponto ressalta-se a visível prosperidade dos líderes tradicionais (“ficaram pobres de ricos”), que os desautorizou e eliminou sua credibilidade. Os *doutores* já haviam feito o trabalho duro de conseguir a maioria das assinaturas dos contratos de compra dos imóveis.¹⁸ Entretanto, uma crise promovida pela cassação do mandato do prefeito do município de Santa Cruz do Escalvado instalou-se e criou um vácuo político. O vazio foi, então, imediatamente ocupado por uma força emergente ligada aos garimpeiros, aos meeiros, aos colonos e aos moradores comuns, até então ignorados, invisíveis, sem expressão política evidente. Antes, era comum a falta de espaço para a manifestação ou resolução efetiva de seus interesses, ainda que individuais, como mandava a regra do jogo impingida pelo consórcio. Esses atingidos mandavam então recados angustiados e ameaçadores, porém nunca levados a sério: “manda falar com o doutor que se ele não resolver meu problema eu vou juntar uns cem”; “eu vou parar de ajudar, se o doutor não resolver o meu negócio, e olha que o pessoal tá nervoso”.

Nessa época, a única forma de comunicação efetiva com as empresas acontecia após humilhante e constrangedora espera, em uma fila semanal ou quinzenal, na porta do escritório do Consórcio em Soberbo. Por cerca de três horas, o negociador recebia, individual e privadamente, os moradores. Como, nesse período, toda a energia do atingido era

¹⁶ O caso Candonga foi relatado em Genebra, Suíça, durante reunião da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, realizada de 14 de março a 22 de abril de 2005. Pe Claret e Joaquim Bernardo, representantes do MAB e dos Atingidos pela UHE Candonga participaram da reunião no dia 11 de abril de 2005 (ROTHMAN, 2005).

¹⁷ A região do Alto Rio Doce apresenta um importante histórico de lutas de resistência contra barragens, inclusive com a conquista da negação da licença para a Hidrelétrica de Pilar (ROTHMAN, 2003). No município de Ponte Nova, pólo microrregional, há uma representação local do Movimento de Atingidos por Barragem – MAB.

¹⁸ Comenta-se, entre os consultores, que a obtenção de 80% de adesão ou de assinatura de contratos é um índice satisfatório. Os 20% restantes dificilmente resistirão às ofertas ou, então, serão desapropriados.



queimada na negociação do seu próprio caso, questões coletivas gerais não eram pleiteadas. Após as confabulações, os atingidos saíam dizendo: “o doutor vai ver com o Consórcio em Belo Horizonte”; “o doutor disse que não depende dele”; “ele vai resolver para mim, só que eu tenho que esperar um pouco, até resolver outros problemas”.

Com o aparecimento dos novos protagonistas, a primeira atitude das empresas foi a de desqualificá-los, não os reconhecendo politicamente como interlocutores no processo. Concomitantemente, voltaram a fortalecer a equipe social de campo, demitindo o pessoal anterior e efetuando novas contratações, além de saldarem *dívidas* e cumprirem promessas sempre adiadas. Inabalável, perdurou a estratégia de cooptação. Várias foram as tentativas de esvaziar o movimento, radicalizando as negociações tanto no varejo, com repercussões no tempo (respostas rápidas, tentando neutralizar ou evitar adesões ao movimento) e nos valores (uma súbita generosidade se verificou), quanto no atacado, por meio da distribuição de comunicados impressos, casa a casa, e busca de apoio junto às prefeituras em troca do repasse a estas de recursos para obras e ações extraordinárias (iluminação de campo de futebol e financiamento de exames médicos, dentre outras).

Travou-se, assim, uma guerra de comunicação, durante a qual o Consórcio era assessorado por um consultor de outro Estado. Sintomaticamente, substituiu-se, na gerência ambiental, um psicólogo por um veterinário, mais talhado para “jogar duro”, nas palavras de um funcionário. Agora, não se fazia mais necessário carinho, mas jogo bruto. Integrantes do que diziam ser a “inteligência” da CVRD também passaram a freqüentar a região. A principal tática passou a ser a de tentar neutralizar o descontentamento geral por meio do chamado efeito multiplicador, utilizando aquelas pessoas que, supunha-se, tinham maior capacidade de influir sobre um determinado grupo de pessoas atingidas. Parecia que o importante era não ceder, não abrir precedentes, muito mais do que evitar gastos. Perder o controle equivaleria à pior das hipóteses.

Os atingidos responderam com pressões diretas sobre o pessoal de campo do Consórcio, intensa mobilização, por meio da organização de assembléias, e montagem de uma pauta de reivindicações. Certa ocasião, em Soberbo, funcionários do Consórcio foram cercados por dezenas de atingidos e instados a transmitir um recado (pois não eram, afinal, “meninos de recado”?) aos dirigentes: “deveriam começar a negociar do contrário, haveria a ocupação da obra”. E assim foi feito: os atingidos ocuparam o canteiro de obras de Candonga, demonstrando capacidade de luta, mobilização e organização surpreendentes. Vale registrar que tal ocupação gerou processos contra três dos líderes de apoio à luta dos atingidos, entre eles um deputado estadual de Minas Gerais.

Considerações finais: “quatro a dois”

Esse jogo desigual ainda não terminou, e provavelmente longe está seu encerramento. Certamente ele expressa apenas uma batalha dentre as inúmeras em disputa no cenário brasileiro e mundial pelo controle e uso¹⁹ do território. Guardadas as devidas proporções, as experiências de resistência dos iraquianos e a dos atingidos de Candonga têm algo em comum: quem esconde o que de quem?

¹⁹ *Uso*, aqui, no sentido discutido por Odette Seabra (1996, p. 71) ao analisar a obra de Henri Lefebvre, confrontando uso e troca, apropriação e propriedade: “A crítica radical implicada no conceito de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como paródia, como caricatura, como restrição à apropriação concreta. Isso se dá porque a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro[...]”.





Em Candonga, foi admirável a quase virada que a luta dos atingidos conquistou já no final do segundo tempo. Mas foram muitas as vitórias: casas distribuídas em lotes padronizados por quadras; casas com colunas; casas em terrenos planos, no nível da rua; casas com cores variadas e modernas; quintais um pouco maiores; terreno para “*simular*” um quintal, porque não contíguo à residência, com inclinação de quase 45° (dificultando a irrigação) e de solo nu ou pedregoso; ajudas de custo em espécie, calculadas com base no valor do salário mínimo, e uma cesta básica durante período determinado (reivindicações sugeridas pelo MAB); reconhecimento da necessidade de se ampliarem o direito e o número de atingidos sob a condição de garimpeiros e meeiros; mudança na localização do assentamento dos atingidos de Marimbondo, que puderam ficar juntos, numa mesma fazenda, ainda que “mais acima e sem o rio”.

Aqueles que reclamaram conquistaram o direito à fala e o de serem ouvidos, contribuindo, ainda, para a revisão dos procedimentos no licenciamento ambiental,²⁰ com o desnudamento da falácia dos programas ambientais socioeconômicos, da “comunicação social” e dos rituais de participação, como a audiência pública. Os atingidos de Candonga constituem-se no exemplo cabal, especialmente para outros ribeirinhos ameaçados pela construção de barragens, da importância da luta, de como ela pode provocar mudanças nas opiniões e mentalidades de outros indivíduos. Na verdade, foi uma lição para eles próprios, a respeito de sua capacidade de conseguir resultados, o que resultou até numa elevação da auto-estima daquele povo.

A luta dos atingidos de Candonga ofereceu ainda mais visibilidade à questão socioambiental que envolve a construção de hidrelétricas, colocando-a definitivamente na agenda política e acadêmica. Que outras retóricas adotarão os *doutores* para repartir e justificar a distribuição desigual das *benesses*? Quais outras táticas e estratégias serão aplicados nos próximos projetos, considerando que a concepção desenvolvimentista ainda perdura para diversos segmentos econômicos, sociais, políticos?

De acordo com informações do Movimento dos Atingidos por Barragens, (MAB, 2005), a luta continua em Candonga:

A virada do ano novo foi festejada pelos atingidos acampados em área prevista pelo Consórcio Candonga – sem consulta aos atingidos – para ser local de reativação econômica das famílias de Nova Soberbo. As famílias, que somam mais de 100 pessoas, estão se revezando, acampadas no local desde o dia 13.12.04, completando hoje 24 dias. Elas aguardam solução para o impasse criado pela prepotência das empresas Vale e Alcan e querem o direito, garantido pela Lei 12.812 de escolha de terra fértil para a sobrevivência e reativação econômica. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) confirmou vistoria no local para o dia 07.01, e no dia 08.01.05, sábado, a partir de 09hs, no Centro Comunitário de Rio Doce, haverá novo lançamento do livro *Atingidos e barrados - As violações dos direitos humanos na hidrelétrica de Candonga*, com debate e presença de várias autoridades, entre elas o Deputado Pe. João Carlos (PT) e representantes da Justiça Global (RJ).

A modernidade, em seus diversos movimentos, já liberou a negociação do cotidiano, dos laços, das práticas sociais, enfim, da realidade vivida de cada um e de todos, sem esbarrar em permanências, recusas e resistências?

²⁰ “O que desestabiliza consensos estabelecidos e instaura o litígio é quando esses personagens comparecem na cena política como sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento[...]” (TELLES, 1999, p.180). contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga

artigo recebido **julho/2005**

artigo aprovado **agosto/2005**

Referências bibliográficas

- BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- BENJAMIN, César. *Outro Brasil: descaminhos do setor elétrico*. [S.l.:s.n.], 07 de maio 2004. Disponível em: <<http://www.agenciartamaior.uol.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2004.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boi tempo Editorial, 1999.
- BRAGA, Tânia Moreira. Risco e conflito ambiental sob o signo da (mono)indústria: um estudo sobre políticas ambientais do rio Piracicaba, Minas Gerais. In: TORRES, H; COSTA, H. (Org). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 327-47.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélgio (Org). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.211-22.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- ECOAGÊNCIA: site, 28 de dez. 2004. Disponível em <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em: 04 de jan. 2005.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: site. Disponível em: <www.embrapa.gov.br>. Acesso em: jul. 2005.
- FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente. *Processo de licenciamento ambiental da UHE Candonga*. Belo Horizonte; FEAM, Relatório técnico da FEAM/ DIENE 008/2004, processo n 130/1998/005/2003
- FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lúcia da Costa. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1995, p.13-35.
- FROTA, Ivaldo. O setor elétrico e seus conflitos: os novos e os velhos desafios. In: BURSZTYN, Marcel (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 149-65.
- HÈMERY, Daniel; DEBIER, Jean-Claude; DELÉAGE, Jean-Paul. *Uma história da energia*. Brasília: UnB, 1993.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IBGE, *Folha topográfica de Ponte Nova*. IBGE, 1980. Mapa topográfico, imagens Landsat, escala 1: 250.000 LACORTE, A. C. e BARBOSA, N. P. Contradições e limites dos métodos de avaliação de impactos em grandes projetos: uma contribuição para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1, IV, Brasília. *Anais...ANPUR,1995*, p. 163-184.
- LEMONS, Chélen Fischer. Audiências públicas, luta social e participação democrática. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 163-84, jan./jul. 1999.
- LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-22.
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens: site. Disponível em: <www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 05 jan. 2005.
- MARTÍNEZ, Alfonso González. *Métodos alternativos de manejo de conflitos : aplicaciones en materia ambiental*. EMARNAP, CECADESU: PNUD, 1997.
- O IMPOSTO verde. *Exame*, São Paulo, v. 38, n. 9, p. 104-10, 12 maio 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F; PAOLI, M. Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 74.
- OLIVEIRA, F. R. C. e ROTHMAN, F. D. Arquidiocese de Mariana, a Teologia da Libertação e a Emergência do MAB: Alto Rio Doce, MG. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 6-8 jun.2005, Rio de Janeiro: IPPUR, 2005. P. 1-20. Sessão temática 2: Conflitos sociais e organização das populações atingidas.
- PARTIDO POPULAR SOCIALISTA: Silvestri

vê orquestração internacional contra setor agropecuário. [S.l.: s.n.], 2004.

Disponível em: <www.pps.org.br>. Acesso em: 17 maio 2004.

PEREIRA, Doralice Barros. A participação de segmentos de atores na gestão ambiental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, I, 2002, Indaiatuba. *Anais...* Indaiatuba; Anppas, 20ps, CD-ROM.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Na encruzilhada. *Reportagem*, São Paulo n. 44. P.11-4 maio de 2003.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Setor elétrico: a terceira via. *Reportagem*, São Paulo, n. 54, p. 12-24, mar. 2004. PINTO, Vero F. S. Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de Candonga. Belo Horizonte: Pós-graduação em Geografia, IGC/UFMG, 2005

PINTO, Vero Franklin S. & PEREIRA, Doralice Barros. Metodologia, percepção e conflitos no licenciamento

ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ANPEGE, 5, Florianópolis. *Anais...* ANPEGE, 2003, p.1831-39.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-82.

REBOUÇAS, Lídia Marcelino. *O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Parapanema*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A construção de rede transnacional de advocacia e defesa de direitos humanos: o caso da hidrelétrica de Candonga em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 12., 31 maio-3 jun. 2005, Belo Horizonte. *Conferências...* Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG, 2005, n.p. Conferência no Grupo de trabalho 10: Conflitos ambientais, territorialidades e estado.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Impactos sociais de barragens na

região do Alto Rio Doce – MG. *Ação Ambiental*, v. 6, n.23, p. 31-33, jan./fev. 2003.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 14-20.

SANTOS, Milton. *Testamento Intelectual*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SAUER, Ildo Luis. Governo poderia ter evitado o colapso energético. Minas Gerais, *Revista do Legislativo*, n.º 31, p. 33-40, mai./ago. 2002.

SCOTTO, Gabriela. Uma resenha de “Exportação brasileira de produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais”, de Célio Bermann. *Proposta*, n. 99, p. 54-8, dez. 2003/fev. 2004.

SEABRA, Odette C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 71-86.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VAINER, C. População, meio ambiente e

conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 183-207.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Biomassa: a eterna energia do futuro*. São Paulo: SENAC, 2002.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa (Org.); LASCHEFSKI, Klemens (Org.); PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental - Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 49-64.

WUNDER, Roni. Processos de interação social do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental: entre o mundo sistêmico e as racionalidades do mundo da vida. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogo de saberes e percepção ambiental*. Curitiba: UFPR, 2003, p. 81-98.